

# Empreiteiras tinham 'lobby' sofisticado

BRASÍLIA — O relatório da CPI do Orçamento confirma, na análise das irregularidades, que a Comissão de Orçamento era "apenas um dos componentes" de dois esquemas paralelos de corrupção. Um deles era o das empreiteiras. "As empreiteiras constituíam o *lobby* mais sofisticado que alimentava, em parte, a corrupção na Comissão", afirma. "Grandes empreiteiras definiam e loteavam as obras de interesse de cada uma. Neste rodízio, quem vencía a licitação ia para o final da fila".

O relatório denuncia que o cartel seguia as chamadas "normas de consenso", que garantia a fidelidade dos participantes, sorteando sempre o segundo e o terceiro colocados na licitação. "Foi possível comprovar a existência de um cartel de empreiteiras, que promovía um rodízio para vencer as licitações, em fraude ao processo licitatório", diz. "Não havia real concorrência entre as empresas, que atribuíam às

licitações os valores que bem entendiam, quase sempre provocando o superfaturamento". "Num caso exemplar de troca de obras entre as grandes empreiteiras, a Norberto Odebrecht propunha à Queiroz Galvão responsabilizar-se pelas obras do Projeto Pirapama e entregar a esta as obras de drenagem da Zona Sul de Natal, obras feitas pelas duas empresas". E prossegue: "Em seguida, a Norberto Odebrecht entregava para a OAS as obras de Açailândia, Barra do Corda e Vargem Grande, no Maranhão, recebendo em troca parte das obras de Pirapama".

Numa inversão de funções, as empreiteiras entregavam a prefeitos e governadores estudos técnicos nos quais propunham obras, elaboravam estudos sobre a capacidade de endividamento e auxiliavam nas negociações bancárias. "O esquema não surgia, apenas continuava no Legislativo".

O *lobby* das empreiteiras atuava junto

aos diversos ministérios e prosseguia no Departamento de Orçamento da União (DOU). "Ao chegar ao Ministério da Fazenda, o Orçamento já havia sofrido diversas modelagens e as continuava sofrendo enquanto a Fazenda negociava cortes nas rubricas próprias de cada ministério".

**Ação direta** — Uma vez aprovado o orçamento, os *lobbies* agiam junto aos ministérios e ao DOU. "Quando eles sabiam da existência de disponibilidade de recursos, indicavam o teor das emendas. Quando sabiam das emendas, buscavam o descontingenciamento da verba". "Há fortes indícios de que em todos esses níveis o esquema de empreiteiras distribuía *participações*, que são nada menos que propinas, o salário da corrupção". A CPI descobriu que as emendas de interesse do esquema eram negociadas pelos sub-relatores, que contactavam empreiteiras e representantes dos *lobbies* no Congresso. "Questiona-se

não o fato de se ter constituído um núcleo de poder, mas sim as evidências da utilização espúria desse poder", diz o relatório, que lista seis provas desse esquema: os elevadíssimos níveis de aprovação de emendas pelos integrantes do núcleo de poder; o acesso privilegiado a dotações globais; a apresentação de emendas que privilegiavam obras de determinadas empreiteiras; a articulação do esquema para a liberação privilegiada de recursos para entidades ou empresas com quem possuíam vínculos; a elaboração de acordos com funcionários do Executivo para que fossem incluídas no orçamento dotações de interesse de um conjunto restrito de parlamentares; a obtenção de níveis elevados de liberação de recursos nas categorias programáticas, com ausência absoluta de alocações em programas de caráter institucional.